



PREFEITURA DA CIDADE DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
GABINETE DO PREFEITO

Ofício GAPRE nº 149/2026

Armação dos Búzios, 12 de março de 2026.

Senhor Presidente,

Passo às mãos de Vossa Excelência, para a indispensável apreciação dessa Egrégia Casa Legislativa, em Regime de Urgência, a Mensagem nº 12/2026 e respectivo Projeto de Lei anexo, *que “Institui o Plano Municipal de Cultura de Armação dos Búzios para o decênio 2025-2035”*.

Certo da atenção de V.Exa. e demais Pares, valho-me da oportunidade para renovar a V. Exa. e seus dignos Pares, minhas demonstrações de apreço e consideração.

Atenciosamente,

ALEXANDRE DE
OLIVEIRA

MARTINS:00359903762

Assinado de forma digital por

ALEXANDRE DE OLIVEIRA

MARTINS:00359903762

Dados: 2026.03.12 16:03:38 -03'00'

ALEXANDRE DE OLIVEIRA MARTINS

Prefeito

À

Sua Excelência o Senhor

Vereador VICTOR DE ALMEIDA DOS SANTOS

Presidente da Câmara Municipal de Armação dos Búzios

ARMAÇÃO DOS BÚZIOS – RJ

\Val



PREFEITURA DA CIDADE DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
GABINETE DO PREFEITO

MENSAGEM Nº 12/2026

Armação dos Búzios, 12 de março de 2026.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE,
EXCELENTÍSSIMOS SENHORES VEREADORES,

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal o incluso Projeto de Lei que *“Institui o Plano Municipal de Cultura de Armação dos Búzios para o decênio 2025-2035”*, conforme consta nos autos do Processo Administrativo nº 14215/2025.

Esta propositura tem por objetivo instituir o Plano Municipal de Cultura (PMC) como instrumento de planejamento estratégico das políticas culturais do município, integrado ao Sistema Nacional de Cultura (SNC) e ao Sistema Municipal de Cultura (SMC), visando à promoção, ao fomento e à democratização do acesso à cultura em Búzios.

O Plano Municipal de Cultura tem como fundamento a Constituição Federal (art. 215 e subsequentes), a Lei Orgânica Municipal, e as diretrizes do Plano Nacional de Cultura, buscando garantir o direito à cultura como elemento essencial da cidadania, valorizar a diversidade cultural de Búzios, reconhecendo suas tradições locais, indígenas, afro-brasileiras e contemporânea, fortalecer a economia criativa, incentivando artistas, produtores e espaços culturais, promover a gestão democrática, com participação social por meio de conselhos e conferências.

Em razão da relevância da matéria, encaminho o presente Projeto de Lei a essa Casa Legislativa, na expectativa de sua aprovação.

Solicito, ainda, que o PROJETO DE LEI seja apreciado em REGIME DE URGÊNCIA, nos termos do art. 55, da Lei Orgânica Municipal, dada a necessidade de implementação imediata das políticas culturais no Município.

Atenciosamente,

ALEXANDRE DE OLIVEIRA
MARTINS:00359903762

Assinado de forma digital por ALEXANDRE
DE OLIVEIRA MARTINS:00359903762
Dados: 2026.03.12 16:05:11 -03'00'

ALEXANDRE DE OLIVEIRA MARTINS
Prefeito

À
Sua Excelência o Senhor
Vereador VICTOR DE ALMEIDA DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal de Armação dos Búzios
Armação dos Búzios – RJ
Val



PREFEITURA DA CIDADE DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº / 2026

Institui o Plano Municipal de Cultura de Armação dos Búzios para o Decênio 2025-2035.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS, resolve:

Art. 1º Fica instituído o PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS - PMC, conforme disposto no Anexo I desta Lei, como instrumento de planejamento e gestão das políticas culturais do Município até 2035.

Art. 2º O Plano Municipal de Cultura (PMC) é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Municipal de Cultura na perspectiva do Sistema Municipal de Cultura – SMC, e deverá ser renovado a cada 10 (dez) anos.

Art. 3º Os objetivos do Plano Municipal de Cultura (PMC) são:

- I - garantir o acesso à cultura, promovendo a democratização dos bens e serviços culturais;
- II - preservar e valorizar o patrimônio cultural material e imaterial de Búzios;
- III - fomentar a produção artística local, com apoio a artistas, grupos culturais e criadores independentes;
- IV - integrar cultura e turismo, potencializando a economia criativa;
- V - promover a diversidade cultural, com ênfase nas manifestações tradicionais, indígenas, afro-brasileiras e contemporâneas;
- VI - fortalecer o Sistema Municipal de Cultura, em articulação com os sistemas estadual e nacional;
- VII - ampliar os recursos financeiros para a cultura, assegurando dotação orçamentária adequada;
- VIII - estimular a participação social por meio de conselhos, conferências e fóruns de cultura.

Art. 4º A execução do Plano Municipal de Cultura (PMC) e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e avaliações periódicas, no máximo a cada 2 (dois) anos, pelas seguintes instâncias:

- I - Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC;
- II - Conferência Municipal de Cultura.

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no *caput*:

- I - divulgar, por meios impressos e/ou eletrônicos, os resultados do monitoramento e das avaliações;
- II - analisar e propor políticas públicas ao Poder Executivo Municipal, para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

§ 2º A revisão do Plano Municipal de Cultura (PMC) será realizada a cada 2 (dois) anos, durante o período de sua vigência, com o objetivo de avaliar o progresso no cumprimento das estratégias e diretrizes estabelecidas, o que não comprometerá a continuidade das ações e execuções já em andamento.

Art. 5º A implementação do Plano Municipal de Cultura de Armação dos Búzios (PMC-BÚZIOS) será coordenada pela Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio Histórico, órgão gestor do Sistema Municipal de Cultura, em conformidade com as deliberações da Conferência Municipal de Cultura (CMC) e do Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC), devendo contemplar os seguintes elementos:

- I - história local e contexto cultural de Armação dos Búzios;
- II - diagnóstico do desenvolvimento cultural;
- III - diretrizes e estratégias;
- IV - objetivos gerais e específicos;
- V - estratégias, metas e ações;
- VI - prazos de execução, resultados e impactos esperados;
- VII - recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários;
- VIII - mecanismos e fontes de financiamento;
- IX - indicadores de monitoramento e avaliação.

Art. 6º As Conferências Municipais de Cultura serão o principal instrumento para avaliação e atualização do Plano Municipal de Cultura (PMC) e serão realizadas a cada 2 (dois) anos com esse fim.

Art. 7º O Município atuará em regime de colaboração com a União e o Estado do Rio de Janeiro, visando o alcance das metas e a implementação das estratégias e diretrizes do Plano Municipal de Cultura (PMC).

§ 1º Caberá aos gestores públicos municipais a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das diretrizes e estratégias previstas no Plano Municipal de Cultura (PMC), inclusive a articulação com os demais entes federados, a fim de materializar o regime de colaboração e promover o desenvolvimento da cultura buziana.

§ 2º O fortalecimento do regime de colaboração entre o Estado e o Município incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

Art. 8º O Plano Plurianual – PPA, e os orçamentos anuais do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis para o cumprimento das diretrizes e estratégias do Plano Municipal de Cultura (PMC), a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 9º O Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, até o final do 1º (primeiro) Trimestre do 9.º (nono) ano de vigência deste Plano, o projeto de lei que instituirá o novo Plano Municipal de Cultura, com validade para os 10 (dez) anos subsequentes.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Armação dos Búzios, de de 2026.

ALEXANDRE DE OLIVEIRA
MARTINS:00359903762

Assinado de forma digital por
ALEXANDRE DE OLIVEIRA
MARTINS:00359903762
Dados: 2026.03.12 16:06:42 -03'00'

ALEXANDRE DE OLIVEIRA MARTINS

Prefeito

* Com Anexo único

PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS

HISTÓRIA LOCAL E CONTEXTO CULTURAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS

A história local de Armação dos Búzios pode ser compreendida como resultado de um processo contínuo e entrelaçado de relações sociais marcadas por dinâmicas de poder, vínculos de pertencimento e disputas simbólicas que se projetam sobre os territórios e que atravessam distintas temporalidades. Retomando a perspectiva de Norbert Elias segundo a qual a sociedade se define por processos de interdependência entre indivíduos e grupos, delimitar o espaço cultural que hoje corresponde ao território administrativo municipal de Armação dos Búzios, implica reconhecer momentos pelos quais diferentes coletividades, por meio de suas práticas sociais e representações, organizaram o mundo social e produziram sentidos sobre o lugar.

Assim, os territórios de Búzios revelam a complexidade resultante de encontros e vestígios de matrizes diversas — sambaquieiros, indígenas, afrodescendentes, luso-brasileiras e migrantes de diferentes regiões do Brasil e de diversas nacionalidades – com destaque aos argentinos –, cujas interações históricas deram origem a um campo sociocultural marcado pela heterogeneidade de suas expressões. Estas populações conformaram usos do espaço, transmitiram saberes e elaboraram memórias, compondo um tecido identitário em tensão e que se mantém em constante reconfiguração. É nesse sentido que podemos observar a identidade cultural local, não como essencialismos, aquela natureza fixa e uniforme – que muitas vezes se insiste em afirmar – mas como um processo em permanente construção, enraizado na experiência, nas práticas sociais cotidianas e nas memórias que orientam os habitantes do tempo presente à paisagem e ao passado.

Destarte, sob o ponto de vista da narrativa histórica, compreendemos que durante milênios a península de Búzios foi espaço de estadia e deslocamento de grupos humanos que mantinham relações simbióticas com o mar, com as restingas e com as formações rochosas; registros arqueológicos indicam a presença de sambaquieiros há mais de 4.000 anos. Seriam testemunhos de ocupações humanas que se configura como um dos patrimônios significativos do município. Segundo o IPHAN, estão presentes especialmente em Geribá e Tucuns, apontando à presença de pescadores-coletores que transformaram estes ambientes em espaços de moradia e de ritualizações. São carapaças de moluscos, ossos de pequenos animais, instrumentos de pedra, adornos corporais e de sepultamentos que indicam práticas de subsistência, elaboração de crenças e modos de vida relativamente estáveis. Apesar de parte desses sambaquis ter sido destruída por loteamentos, ainda persistem evidências cujas potencialidades arqueológicas permanecem inexploradas (Werneck, 2004). A contínua presença desses marcos na paisagem física e simbólica buziana conecta o presente à ancestralidade do território, evocando um tempo de longuíssima duração sobre a presença humana, suas formas de habitação e a adaptação ao ambiente marinho.

Muitos séculos mais tarde, povos do tronco Tupi, em especial os Tupinambá, presenciariam as margens das lagoas, enseadas e restingas da península, desenvolvendo modos de vida sustentados pela pesca costeira, coleta de mariscos e por sistemas de organização social baseados em alianças e rituais. Na Ponta dos Búzios, em particular, práticas de pesca

artesanal e manejo dos recursos marinhos eram exercidas, estabelecendo uma tradição marítima que se projetaria em tempos posteriores. Presume-se, por exemplo, que certas técnicas, como o uso de redes de cerco em águas rasas e o reconhecimento de pesqueiros a partir de formações rochosas, guardam semelhança com práticas tradicionais indígenas.

Ademais, a presença indígena permanece visível também na toponímia local — palavras como Geribá e Tucuns derivam de línguas tupi e registram aspectos da geografia locais, como “jeribá” (tipo de palmeira), “tucum” (palmeira espinhenta). Esses nomes são marcas da forma indígena de nomear o mundo que permanece na linguagem cotidiana dos moradores e nos mapas urbanos atuais. Ainda que hoje não existam grupos indígenas no município, pouco mais de uma centena de indivíduo se autodeclararam no censo do IBGE de 2022, e sua presença ressoa nos biotipos, na memória e nos costumes caiçaras. Esta invisibilidade contemporânea, portanto, deve ser compreendida à luz de um processo histórico de apagamento, assimilação forçada e pelos deslocamentos. Pesquisas arqueológicas, etno-históricas e linguísticas possivelmente permitiriam integrá-los de forma mais adequada à história local.

A chegada dos europeus, a partir do século XVI, inscreveu o território em um novo ciclo de transformações, marcado pelo confronto entre distintas racionalidades de ocupação. Exploradores franceses, atraídos pela possibilidade de comércio do pau-brasil e pela aliança com os Tupinambá, estabeleceram feitorias informais na costa regional, o que provocou a reação da Coroa portuguesa, interessada em consolidar o domínio. Esses embates deram origem a conflitos armados, expedições militares e estratégias de catequese promovidas por ordens religiosas como os jesuítas, que atuaram no esforço de conversão e na reorganização dos grupos indígenas, muitas vezes deslocando-os para aldeamentos forçados ou impondo-lhes novas formas de trabalho e conduta.

A península buziana, estratégica por sua geografia de enseadas abrigadas, passou a ser integrada ao circuito colonial do Atlântico Sul, sendo submetida a essa lógica da economia de extração. O encontro colonial, longe de ser um simples processo de imposição, configurou um campo de tensão e negociação, onde formas de resistência, adaptação e recriação cultural moldaram as dinâmicas locais e produziram novos arranjos identitários que, mesmo em condições adversas, alimentaram continuidades histórica da presença indígena, a inserção de europeus e afrodescendente escravizados na região.

Foi assim que no transcurso do século XVIII a armação baleeira foi ativada, representando um marco local fundamental que se inscreveu na toponímia e na memória histórica do lugar — bem como pelas edificações mais antigas ainda presentes, sobretudo a Igreja de Sant’Anna. Implantada como parte do sistema colonial português de concessão de exploração da pesca da baleia, a armação foi operada por contratadores como Brás de Pinha e João Pereira da Silva, que organizavam a captura, o processamento e a comercialização do óleo além de outros subprodutos então essenciais para a iluminação e construção.

Instaladas em locais estratégicos, as estruturas da armação envolviam mirantes, locais de derretimento de gordura, depósitos e acomodações para trabalhadores — indígenas, libertos e escravizados —, que compunham a base produtiva dessa atividade extrativa. Embora tenha entrado em declínio com a crise do monopólio e o avanço de outras fontes energéticas, a armação deixou marcas profundas na paisagem, na organização do espaço e na própria identidade cultural local, simbolizando o início de uma transição entre o modo de vida mais sazonal e a formação da vila de pescadores.

Búzios, desse modo, reconfigura-se enquanto modo de existência que compreendemos hoje como de base caiçara. A vida passa a girar em torno da pesca artesanal, da agricultura de subsistência e das práticas devocionais, como a Festa de Sant’Ana, em que o sagrado e o profano comunitário se entrelaçam. O território, então, se organiza segundo uma lógica de

vizinhança, parentesco e partilha. Os saberes da pesca, da agricultura, da construção de canoas e do preparo dos alimentos são transmitidos oralmente, reafirmando-se como forma de transmissão do conhecimento e reprodução da vida.

A população residente habitava majoritariamente casas simples, feitas de pau-a-pique ou adobe, com cercas de bambu para delimitar quintais onde se cultivavam frutas, hortaliças, ervas medicinais e trepadeiras como a ervilha e a fava. Os arredores das moradias abrigavam roças de milho, feijão, guando e banana, enquanto a mandioca se destinava principalmente à produção de farinha nas chamadas “casas de farinha”, geridas quase sempre de modo comunitário ou familiar (Werneck, 2004)

Essa vida material coexistia com uma intensa religiosidade popular, centrada na devoção à padroeira Sant’Anna. Mesmo com a intermitência da presença sacerdotal e o isolamento físico em relação à sede paroquial de Cabo Frio, mantinham-se práticas a festa de santos populares, os folguedos de Reis-de-Boi e as promessas pagas à santa por pescadores salvos de tempestades. Muitos desses eventos mesclavam elementos católicos com tradições afro-brasileiras e indígenas, reforçando um imaginário simbólico diverso e compartilhado por camadas da população.

A presença marcante de comunidades afrodescendentes evidencia que a história buziana também é história da diáspora africana, de resistência e de criação. No século XIX essa presença foi intensificada uma vez que a costa buziana serviu como ponto de desembarque clandestino de cativos trazidos da África, muitas vezes burlando a vigilância do sistema colonial e os tratados internacionais que visavam coibir o tráfico atlântico. A geografia da península favorecia a prática do tráfico ilegal, especialmente após 1850, ano da promulgação da lei que proibia a importação de africanos. Contudo, o regime de escravidão persistia e as fazendas da região eram mantidas à custa do trabalho escravo, marcado por castigos severos e tentativas constantes de fuga.

Após a abolição, em 1888, famílias negras libertas ou remanescentes de quilombos reorganizaram suas vidas em áreas como a Rasa e Baía Formosa, onde construíram formas de sociabilidade marcadas pela solidariedade e pela oralidade. Ao longo do século XX, essas comunidades enfrentaram uma nova onda de violência: a do apagamento histórico promovido, sobretudo, pela turistificação, bem como pela reconfiguração fundiária, que deslocou populações negras para outros espaços. Mesmo diante desse processo, mantiveram-se práticas culturais resistentes — entre as quais, a construção de instrumentos, cestaria, a culinária, os saberes da terra e do mar.

A luta afrodescendente em Búzios hoje se expressa em frentes diversas: nos laudos de reconhecimento quilombola, nas ações por regularização fundiária, nas reivindicações por memória pública e na presença crescente de sua arte. Em contraste com o discurso turístico dominante — que consagra figuras estrangeiras como fundadoras da modernidade buziana —, as comunidades negras locais reivindicam uma narrativa em que sejam reconhecidas como protagonistas centrais da formação histórica, econômica e simbólica do Município.

As primeiras décadas do século XX, Búzios seguia enquanto comunidade marcada por práticas tradicionais de subsistência. Nesse novo contexto, destaca-se a chegada do empresário alemão Eugene Honold que desenvolveu atividades ligadas à agricultura e à instalação de estruturas produtivas, desempenhando papel central na transformação fundiária e produtiva da região ao longo das décadas de 1910-30. Adquiriu grandes propriedades no então distrito cabofriense, como Campos Novos, Rasa, Ferradura e Fazendinha, em que implantou uma extensa monocultura de banana, estruturada com galpões, silos e cais de pedra para exportação via cabotagem. Idealizou um modelo agroexportador, construiu uma fábrica de farinha de banana e mariola, mas não foi adiante, seja por um suposto incêndio que lamperia todo bananal

ou mesmo na mudança já vislumbrada acerca do território. Inegável é que a presença de Honold representou mais um passo de inserção de Búzios em redes econômicas mais amplas, reforçando também a figura de um estrangeiro empreendedor como agente de mediações culturais e transformações no modo de vida local.

Paralelamente a esse movimento, registra-se também que a partir da década de 1920 congregações metodistas oriundas de Cabo Frio e do interior fluminense passaram a realizar cultos, encontros e visitas missionárias nas casas de moradores buzianos. A pregação protestante encontrou eco em setores da população que valorizavam a sobriedade, o trabalho disciplinado e a leitura da Bíblia, dando origem a pequenos núcleos evangélicos que coexistiram com a tradição católica. Essa presença introduziu outros repertórios morais e educativos na vida local, contribuindo para diversificar o campo simbólico do território e abrindo caminho para a formação de comunidades evangélicas que mais tarde desempenhariam papel relevante em diversos bairros.

A presença dos primeiros veranistas em Armação dos Búzios, ainda nas décadas anteriores à fama internacional provocada pelas visitas de Brigitte Bardot, já introduzia transformações perceptíveis no espaço social e na configuração urbana do então 3º distrito. A partir da década de 1940-50, famílias da burguesia carioca e paulistana começaram a construir casas de veraneio, sobretudo em Manguinhos e na Armação, atraídas pelo isolamento, pela paisagem preservada e pelo apelo de uma vida simples à beira-mar. Era a chegada de grandes empresários e diplomatas, acompanhados por outros estrangeiros e brasileiros de elite econômica e cultural, inaugurando um estilo de ocupação marcado por vínculos com o lugar, mas também por um padrão de moradia e lazer distinto da cultura caíçara tradicional. Essas residências transformavam-se em pontos de encontro e hospitalidade, o que favorecia mais uma reorganização das relações espaciais, sociais e econômicas do vilarejo.

A fundação da Companhia Industrial Odeon por Dinah e Gina Honold, filhas do empresário Eugene Honold, instituiria, assim, um novo marco no processo de ocupação fundiária da ponta dos Búzios. A empresa acumulou vastas glebas, aguardando o momento oportuno para loteamentos e empreendimentos imobiliários voltados a esse mercado de segunda residência. Nos anos seguintes, parte dessas terras foi loteada de maneira seletiva, com a criação de residenciais exclusivos, voltado para jovens operadores do mercado financeiro e artistas; e outro segmento mais popular (Werneck, 2004) (Werneck, 2004)

A partir da década de 1960, com a amplificação da presença de artistas, intelectuais, estrangeiros e representantes das classes altas urbanas, o antigo vilarejo pesqueiro passou a ser reinterpretado como refúgio natural e estético, uma espécie de enclave paradisíaco onde o “rústico” se tornava objeto de desejo e valorização mercadológica (Xavier, 2006). A visita de Brigitte Bardot operaria como catalisadora simbólica desse processo: sua imagem internacional projetou Búzios para além do circuito local e contribuiu para inscrevê-lo no imaginário turístico global como sinônimo de beleza, simplicidade e sofisticação, ancorado na imposição paulatina de uma “vocação turística natural” construída discursivamente e materialmente.

A cidade, nesse contexto, passou a ser gerida como uma marca — “Saint-Tropez brasileira”, “paraíso cosmopolita”, “cidade dos amores” — com imagens cuidadosamente construídas pela publicidade e internalizadas pela própria população, muitas vezes em detrimento de suas práticas originárias (Xavier, 2006). A cultura local, evocada seletivamente como elemento decorativo, passou a ser moldada à expectativa dos visitantes, enquanto a vida dos moradores históricos foi progressivamente deslocada das cenas centrais para os bastidores, operando novas formas de tensionamentos. Um bom exemplo dessa transformação é aquilo que ficou conhecido como “estilo buziano”, uma releitura das antigas casas caiçaras na qual supostamente se preserva traços de simplicidade, dos telhados baixos, das madeiras aparentes e das cores mais terrosas, mas comporta uma estrutura que pouco tem a ver com a vida caiçara.

Esse estilo tornar-se-ia marca identitária da cidade e foi incorporado à legislação urbanística do município como referência estética obrigatória.

Ao longo desse percurso mais recente, a presença de estrangeiros, em especial argentinos, tornou-se um outro vetor marcante. A afinidade de muitos visitantes argentinos com o lugar levou à instalação progressiva de famílias inteiras que passaram a adquirir terrenos, abrir pequenos comércios, atuar na hotelaria, nas artes e integrar o cotidiano da cidade como moradores permanentes. Migrantes vindos não apenas da Argentina, mas também do Uruguai, Chile, da Europa, Ásia e América do Norte, contribuíram para diversificar o campo cultural local, introduzindo novas formas de sociabilidade, gastronomia, práticas linguísticas e circuitos artísticos.

Como esperado a partir dessas intensas transformações, Armação dos Búzios também atraiu um contingente expressivo de trabalhadores vindos de diversas partes do interior do estado do Rio de Janeiro e também do Nordeste brasileiro. Essa maioria de homens jovens compuseram a base da força de trabalho empregada nas obras de casas de veraneio, pousadas, calçamentos e demais estruturas exigidas pelo crescimento urbano acelerado. Essas populações tiveram papel determinante na conformação da paisagem construída buziana, ainda que raramente sejam reconhecidas nas narrativas da cidade, que privilegiam a presença de estrangeiros e veranistas. Essa camada de trabalhadores permanece como fundamento invisível da materialidade que sustenta a cidade turística.

O processo de emancipação político-administrativa consumado em 1995, representou um marco institucional, mas também um passo profundamente simbólico na constituição e projeção de uma identidade cultural própria. Ao romper o vínculo com Cabo Frio, Búzios conquistou a possibilidade de inscrever-se autonomamente no mapa político do Estado do Rio de Janeiro, afirmar suas narrativas, memórias e projetos que até então permaneciam subsumidos à lógica de um município maior. Essa conquista, fruto de mobilizações locais, plebiscito popular e articulações políticas, abriu espaço para o fortalecimento de um sentimento de pertencimento coletivo nos símbolos criados para a cidade, nas datas cívicas, na possibilidade de formação de novas consciências históricas, das identidades e na preocupação crescente na preservação ambiental.

Ressalta-se que desde os anos de 1990, o movimento ambientalista em Armação dos Búzios passou a desempenhar papel importante na reorganização territorial do Município. Naquele contexto de fortalecimento da consciência ecológica – reforçada pela ECO-92 – a pauta ambiental deixaria de ser tratada como questão periférica e passou a integrar, de forma estruturante, os debates sobre o futuro da cidade, articulando-se mesmo às lutas por emancipação política. A valorização dos ecossistemas locais — restingas, lagoas, costões rochosos, mata atlântica remanescente e formações raras como o chamado “mangue de pedra” — converteu-se também em elementos da identidade buziana, agregando antigos sentidos de afeto e de sobrevivência ao espaço, os novos elementos de consciência ambiental. Anos mais tarde, incrementando ainda mais essas preocupações, foi criado o Parque Estadual da Costa do Sol, abrangendo áreas de Búzios e de outros municípios da Região dos Lagos, institucionalizando uma moldura legal para a conservação ambiental e com possibilidades de conectar a cidade a um projeto regional de proteção da biodiversidade. Desse modo, a pauta ecológica – antes mais restrita a denúncias – passou a orientar a formulação das políticas públicas do novo município, com forte presença no Plano Diretor de Búzios e na Lei de Uso e Ocupação do Solo. Essas normas expressam um pacto social em torno do reconhecimento da paisagem natural de Búzios como parte constituinte de sua cultura e de sua história.

A limitação das construções a, no máximo, 2 (dois) pavimentos em Búzios foi instituída pela Lei Complementar nº 2/1999, que estabelecia normas gerais de Uso e Ocupação do Solo no município, como forma de preservar a paisagem natural, evitar a verticalização e manter o

padrão arquitetônico harmonizado com o entorno. Essa diretriz urbanística consolidou-se como marca identitária do Município, contribuindo para a valorização do estilo local e para o ordenamento urbano voltado à sustentabilidade e à baixa densidade. Atualmente, a regulamentação está consolidada na Lei Complementar nº 27/2010, que mantém esses princípios fundamentais para o desenvolvimento equilibrado do Município.

Por tudo exposto, o Município de Búzios vem gradualmente se reconhecendo como sujeito de sua própria história, tomando a palavra para recontar origens, evidenciar conflitos e acampar reconciliações. A formação cultural pós-emancipação, ainda que atravessada por tensões entre mercado turístico e a preservação, possibilitou uma inflexão importante: a de pensar o desenvolvimento não apenas em termos de infraestrutura e renda, mas também como direito à memória, à diversidade cultural, a preservação ambiental e à imaginação coletiva.

A identidade cultural de Armação dos Búzios, portanto, pode ser pensada como processo, uma trama de interdependências entre povos originários, colonos, africanos, caiçaras e migrantes. Trata-se de identidades que muitas vezes se veem em disputa, atravessada pela tensão entre o desejo de pertencimento e, muitas vezes, as pressões da mercantilização. As festas, as comidas, os modos de falar, os saberes da terra e do mar são formas de existência que resistem à homogeneização e que carregam, ainda hoje, os traços de uma história feita muitas vezes de violência, mas sobretudo de solidariedade e criação.

RELATÓRIO DE ANÁLISE E DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO CULTURAL

Panorama geral

O objetivo deste relatório é analisar os dados presentes no mapeamento cultural, identificar as principais áreas artísticas e culturais presentes na cidade, e fornecer um diagnóstico cultural que possa auxiliar no planejamento e desenvolvimento de políticas públicas para a cultura local.

Antes de apresentar os dados e o diagnóstico elaborados, é fundamental contextualizar o processo de coleta das informações aqui analisadas. O mapeamento teve início por meio de um formulário do *Google Forms*, desenvolvido pelo Conselho Municipal de Política Cultural e aprimorado ao longo de um extenso período antes de sua abertura ao público. Diversas contribuições foram feitas por conselheiros da sociedade civil, com apoio da gestão, durante eventos culturais realizados na cidade, buscando incentivar os agentes culturais a realizarem o cadastro. Apesar dos esforços, houve significativa resistência, principalmente pela falta de compreensão sobre a importância do mapeamento como instrumento para a construção de diagnósticos e, sobretudo, como parâmetro para a formulação de políticas culturais. Havia a intenção de realizar uma campanha mais ampla, alcançando bairros mais afastados e utilizando mecanismos de divulgação como carro de som. Contudo, essa estratégia não pôde ser concretizada, limitando-se a ações pontuais em eventos. Durante o ano de 2025, constatou-se que o formulário apresentava erros que impediram o cadastro de algumas pessoas. Outro ponto relevante foi a existência de um cadastro no *site* da Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio Histórico, que poderia servir como ferramenta complementar de mapeamento, mas que nunca funcionou plenamente. Diante de todos esses entraves, os dados apresentados a seguir representam mais do que números: traduzem também a ausência de informações que não puderam ser registradas.

Distribuição de Artistas por Linguagem

LINGUAGEM ARTÍSTICA	NÚMERO DE REGISTROS
Arquitetura	1
Artes cênicas (Dança, Circo e Teatro)	39

Artes visuais	60
Artesanato	66
Artista/ agente cultural LGBTQIAPNA+	7
Audiovisual (Cinema, Audiovisual, Expositores, Games, Rádio, TV)	38
Cultura alimentar	7
Cultura popular	19
Cultura tradicional (Quilombolas, Pescadores, Indígenas, Caiçaras, Marisqueiras, Matriz Africana, Cesteiros)	29
Cultura urbana	1
Gestor cultural	1
Literatura	21
Música	98
Patrimônio histórico e cultural	10

Dados consultados em 05/06/2025

Perfil dos Agentes Culturais

a) Identidade e Diversidade

- Gênero: Predomínio de pessoas cisgênero (205), com baixa representação de não binárias/trans (4) e 13 sem resposta.
- Raça: Brancos (116) são maioria, seguidos por pardos (52) e negros (33). Indígenas (5) e amarelos (2) têm menor representação.
- Nacionalidade: Brasileiros (205) são a maioria, mas há presença significativa de argentinos (40), refletindo o perfil turístico da cidade.

Apesar da diversidade, minorias (LGBTQIAPN+, indígenas, imigrantes) estão sub-representadas, indicando a necessidade de ações afirmativas para inclusão cultural.

b) Perfil socioeconômico e educacional

- Escolaridade: 63 têm ensino superior completo, e 34 possuem pós-graduação, indicando uma base educacional sólida.
- Renda: Muitos artistas não vivem exclusivamente da arte (dados sugerem dependência de outras fontes), com apenas 18 registrados com DRT (formalização profissional).
- Empreendedorismo: 90 possuem MEI, mostrando uma tendência à economia criativa, mas ainda pouco estruturada.

Diagnóstico: Há potencial para profissionalização, mas falta suporte para sustentabilidade financeira e formalização.

Linguagens Artísticas Predominantes

Segmentos Mais Representados

- Música (98), Artesanato (66), Artes Visuais (60), e Artes Cênicas (39) são os destaques.
- Cultura Tradicional (29) (pescadores, quilombolas, matriz africana) e Cultura Popular (19) também têm relevância.

Oportunidade: Segmentos como música e artesanato já são consolidados e podem ser alavancados como atrativos turísticos e econômicos.

Segmentos Sub-representados

- Arquitetura (1), Cultura Urbana (1), Gestão Cultural (1) e áreas acadêmicas (como patrimônio histórico) têm poucos registros.

Desafio: Falta de diversificação em áreas técnicas e de preservação patrimonial, o que limita a pluralidade cultural.

Território e Acesso

- Bairros: Manguinhos (39), Rasa (33), e Geribá (18) são os mais representados.
- Tempo de Residência: A maioria não é nativa (194), o que pode influenciar na desconexão com tradições locais.

É necessário equilibrar políticas entre áreas centrais e periféricas, além de valorizar a

cultura dos nativos.

Sustentabilidade e Organização Coletiva

- Trabalho Individual: Muitos artistas atuam de forma independente, sem vínculo a coletivos.
- Renda Artística: Poucos recebem salários mínimos pela arte, e a maioria complementa a renda com outras atividades.

Desafio: Fragilidade na economia criativa, com pouca estrutura para profissionalização e acesso a editais.

Recomendações para Políticas Públicas

1. Fomento à Economia Criativa
 - Criar editais específicos para música, artesanato e cultura tradicional, com critérios que priorizem minorias e periferia.
 - Oferecer cursos de empreendedorismo cultural e captação de recursos (ex.: como formalizar DRT, acessar leis de incentivo).
2. Inclusão e Diversidade
 - Mapear e incentivar coletivos LGBTQIAPN+, indígenas e de imigrantes para ampliar representação.
 - Desenvolver projetos em bairros periféricos, como oficinas de arte e cultura nas escolas locais.
3. Valorização do Patrimônio e Segmentos Técnicos
 - Parcerias com universidades para projetos em arquitetura, patrimônio histórico e gestão cultural.
 - Incluir quilombolas, pescadores e mestres da cultura tradicional em programas de transmissão de saberes.
4. Estruturação de Redes
 - Plataforma digital para divulgação de artistas, com busca por linguagem artística e território.
 - Feiras culturais itinerantes para conectar artistas de diferentes bairros.
5. Acessibilidade
 - Garantir que eventos culturais tenham intérpretes de LIBRAS e infraestrutura para PCDs.

Considerações Finais

Búzios possui uma cena cultural vibrante, mas desigual. Como pontos fortes apresenta grande diversidade de linguagens (música, artesanato) e alto nível educacional. Como pontos críticos apresenta fragilidade financeira dos artistas, sub-representação de minorias e segmentos técnicos.

A implementação de políticas baseadas em fomento, profissionalização e inclusão territorial pode transformar a cultura local em um eixo estratégico de desenvolvimento sustentável, alinhando tradição, turismo e inovação.

DIRETRIZES GERAIS

O Plano Municipal de Cultura de Armação dos Búzios está fundamentado em seis eixos estratégicos que orientarão todas as ações culturais no município. Em primeiro lugar, busca-se fortalecer a gestão cultural pública através da criação de estruturas permanentes e mecanismos de governança. Paralelamente, trabalha-se para democratizar o acesso à cultura em todo o território municipal, garantindo que todas as comunidades, inclusive as periféricas, tenham oportunidades de participação e fruição cultural.

Outro pilar fundamental é a preservação e valorização do patrimônio material e imaterial, que inclui tanto os bens históricos quanto as manifestações culturais tradicionais. O

plano também prioriza a promoção ativa da diversidade cultural, com políticas específicas para grupos historicamente marginalizados. No âmbito econômico, pretende-se desenvolver a economia criativa como vetor de geração de renda e empregos. Por fim, mas não menos importante, o plano incorpora o uso de tecnologias e linguagens digitais como ferramentas essenciais para a produção e difusão cultural contemporânea.

PRIORIDADES ESTRATÉGICAS

Para operacionalizar essas diretrizes, o plano estabelece ações prioritárias que receberão atenção imediata. A institucionalização do Sistema Municipal de Cultura aparece como primeira medida, criando estruturas administrativas estáveis para a gestão cultural. Junto a isso, planeja-se ampliar e qualificar os equipamentos culturais existentes, além de mapear e cadastrar todos os agentes culturais atuantes no município.

A capacitação técnica tanto para gestores públicos quanto para artistas e produtores locais é outra frente de trabalho essencial. O fomento às cadeias produtivas da cultura será desenvolvido através de programas específicos, enquanto a digitalização de acervos e processos administrativos modernizará a gestão cultural. Estas prioridades foram selecionadas por seu potencial de impacto imediato e capacidade de alavancar outras iniciativas.

OBJETIVOS GERAIS

O plano estabelece metas abrangentes que guiarão sua implementação ao longo dos próximos anos. O principal objetivo é consolidar a cultura como política pública permanente, com dotação garantida dentro do orçamento municipal. Busca-se universalizar o acesso às atividades culturais, eliminando barreiras geográficas, econômicas e sociais.

A preservação da memória e identidade cultural local recebe atenção especial, com ações que visam documentar, proteger e difundir o patrimônio cultural buziano. Outro objetivo central é a profissionalização dos agentes culturais, oferecendo ferramentas para que possam desenvolver seu trabalho com qualidade e sustentabilidade. Por fim, pretende-se criar sinergias entre cultura, turismo e desenvolvimento econômico, potencializando os benefícios sociais da atividade cultural.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para atingir essas metas gerais, o plano detalha objetivos concretos em cada área de atuação. No eixo institucional, destacam-se a regulamentação do Fundo Municipal e a implantação de um Sistema de Informações Culturais integrado.

Na área de democratização cultural, planeja-se a construção de duas novas bibliotecas em bairros periféricos, a realização de quatro oficinas anuais de capacitação e a garantia de acessibilidade universal em todos os eventos culturais promovidos pelo poder público.

Quanto ao patrimônio, estabeleceu-se como meta inventariar cinquenta bens culturais no primeiro ano de implementação, criar o Museu das Identidades Culturais e implementar três roteiros turístico-culturais que conectem os principais pontos de interesse histórico e cultural do município.

RECURSOS DISPONÍVEIS PARA A EXECUÇÃO DO PLANO

a) Recursos Materiais

- Infraestrutura existente dos equipamentos da Secretaria Municipal de Cultura, como biblioteca municipal, escola de artes Zanine, entre outros.
- Recursos tecnológicos, como plataformas digitais para divulgação e acesso à cultura.

b) Recursos Humanos

- Servidores públicos da Secretaria Municipal de Cultura.
- Profissionais contratados por meio de editais e processos seletivos (arte-educadores, gestores culturais, técnicos de patrimônio).
- Conselheiros e membros do Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC).
- Agentes culturais e artistas locais que atuam em parceria com o município.
- Voluntários e coletivos culturais que promovem eventos e ações comunitárias.
- Parcerias com universidades e instituições de ensino para capacitação e pesquisa.

c) Recursos Financeiros

- Orçamento da Secretaria Municipal de Cultura dentro da Lei Orçamentária Anual (LOA) e do Plano Plurianual (PPA).
- Recursos provenientes do Fundo Municipal de Cultura, caso regulamentado.
- Parcerias público-privadas (PPP) e patrocínios de empresas do setor cultural.
- Editais e chamadas públicas para fomento de projetos culturais.

MECANISMOS E FONTES DE FINANCIAMENTO

a) Fontes Municipais

- Orçamento da Secretaria Municipal de Cultura – Garantia de percentual fixo no orçamento municipal.
- Parcerias com outras secretarias municipais, como Educação, Turismo e Desenvolvimento Econômico, para ações conjuntas.
- Fundo Municipal de Cultura (FMC) – Instrumento para financiamento de projetos culturais, se regulamentado.

b) Fontes Estaduais e Federais

- Fundo Estadual de Cultura do Rio de Janeiro – Apoio a municípios na execução de políticas culturais.
- Leis de incentivo à cultura, como a Lei Paulo Gustavo e a Política Nacional Aldir Blanc.
- Fundo Nacional de Cultura (FNC) – Principal instrumento de financiamento federal para ações culturais.

c) Outras Fontes

- Editais e programas de financiamento da iniciativa privada.
- Captação via Lei de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet).
- Patrocínio e apoio de empresas privadas e instituições interessadas na cultura local.
- Doações de pessoas físicas e jurídicas por meio de incentivos fiscais.
- Projetos de economia criativa que gerem receita própria e sustentabilidade para o setor cultural.

A tabela a seguir organiza as ESTRATÉGIAS, METAS e AÇÕES, incluindo PRAZOS DE EXECUÇÃO, RESULTADOS ESPERADOS, IMPACTOS E INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.

EIXO 1 – INSTITUCIONALIZAÇÃO, MARCOS LEGAIS E SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA				
META 1.1 – FORTALECER INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE GESTÃO À CULTURA				
Ações propostas	Tempo de Implementação <i>Referências</i> Curto prazo: 0 a 3 anos Médio prazo: 3 a 7 anos Longo prazo: 7 a 10 anos	Possíveis parceiros	Resultados esperados	Forma de avaliação dos resultados
1.1.1. Analisar a viabilidade/necessidade de criação ou não de uma Fundação de direito	Curto prazo (0-3 anos)	OAB, Min. da Cultura	Melhor gestão dos recursos culturais	Relatórios técnicos e consulta pública

público com estrutura para gerir o fundo de cultura e equipamentos culturais em Armação dos Búzios.				
1.1.2. Garantir a realização de concurso público para provimento do corpo funcional da Secretaria de Cultura e Patrimônio Histórico e Patrimônio Histórico com cargos técnicos.	Médio prazo (3-7 anos)	Instituições educacionais	Profissionais qualificados atuando na gestão cultural	Concursos realizados e ocupação dos cargos
1.1.3. Criar um Setor de Políticas Culturais dentro da Secretaria de Cultura e Patrimônio Histórico que tenha funções exclusivas para a Fundação, conferências municipais, Planos Municipais, assessoria aos conselhos de cultura, editais e captação de recursos.	Curto prazo (0-3 anos)	Min. da Cultura, universidades	Melhor coordenação das ações culturais e captação de recursos	Relatórios de atuação do setor e resultados dos editais
1.1.4. Garantir e tornar público e atualizado o organograma da Secretaria de Cultura e Patrimônio Histórico e Patrimônio histórico no site da secretaria e no portal da transparência.	Curto prazo (0-3 anos)	Imprensa oficial	Maior transparência e acesso à informação	Regularidade das atualizações
META 1.2 – MAPEAR, CADASTRAR E DISPONIBILIZAR INDICADORES CULTURAIS E PATRIMONIAIS DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS				
Ações propostas	Tempo de Implementação <i>Referências</i> Curto prazo: 0 a 3 anos Médio prazo: 3 a 7 anos Longo prazo: 7 a 10 anos	Possíveis parceiros	Resultados esperados	Forma de avaliação dos resultados
1.2.1. Criar o Sistema Municipal de Informação e Indicadores Culturais	Curto prazo (0-3 anos)	Universidades, INEPAC	Centralização e acesso facilitado a dados culturais	Estatísticas de uso e pesquisa de satisfação.
1.2.2. Mapear os equipamentos culturais públicos e privados	Curto prazo (0-3 anos)	INEPAC, IPHAN	Identificação de espaços para uso cultural	Relatório de mapeamento publicado
1.2.3. Mapear, monitorar, avaliar e acompanhar os projetos e produções culturais realizados em espaços públicos dentro do Município, assim como diagnosticar os impactos culturais, sociais, ambientais, e econômicos em curto, médio e longo prazo	Médio prazo (3-7 anos)	ONGs, Min. da Cultura	Melhor acompanhamento do impacto cultural.	Relatórios de impacto periódicos.
1.2.4. Mapear e diagnosticar estruturalmente espaços públicos inativos e subutilizados da união, estado e município, tornando-os espaços de apresentações culturais e patrimoniais	Curto prazo (0-3 anos)	INEPAC	Revitalização de espaços para atividades culturais	Número de espaços recuperados
1.2.5. Criar um calendário de cadastro cíclico e permanente para mapeamento dos agentes culturais, presencialmente na secretaria municipal de cultura e patrimônio histórico, e de forma itinerante nos bairros e eventos culturais do Município.	Curto prazo (0-3 anos)	Associações culturais	Dados atualizados sobre os agentes culturais do Município	Adesão ao cadastro e atualizações regulares
META 1.3 – CRIAR INTERFACE COM OUTRAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E ÓRGÃOS DOS GOVERNOS MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL				
Ações propostas	Tempo de Implementação <i>Referências</i> Curto prazo: 0 a 3 anos	Possíveis parceiros	Resultados esperados	Forma de avaliação dos resultados

	Médio prazo: 3 a 7 anos Longo prazo: 7 a 10 anos			
1.3.1. Instituir parceria com a Escola do legislativo, universidades e outras instituições para cursos de capacitação de novos agentes, produtores culturais e conselheiros, com inclusão e acessibilidade (programa de formação).	Curto prazo (0-3 anos)	Escolas do Legislativo, universidades, ONGs	Maior qualificação dos agentes culturais	Relatórios de participação e avaliação dos participantes
1.3.2. Consolidar um espaço para ser a sede do Conselho Municipal de Cultura devidamente equipado, e que possa se estender como sede aos demais Conselhos Municipais, na medida que se torna necessário articular políticas públicas	Curto prazo (0-3 anos)	Min. da Cultura	Sede funcional e equipada para o conselho.	Relatório de infraestrutura e uso do espaço.
1.3.3. Promover Audiências Públicas anuais com a presença dos gestores municipais, vereadores, assessores parlamentares municipais e a classe cultural local, para discriminar e analisar as necessidades dos segmentos da cultura, atualizando e fortalecer o vínculo entre o poder executivo e legislativo com a sociedade civil organizada.	Curto prazo (0-3 anos)	Câmara Municipal, Sec. de Cultura	Fortalecimento do diálogo entre poder público e sociedade	Registro de audiências e impacto das deliberações
1.3.4. Incentivar a participação da Comissão de Turismo e Cultura da Casa Legislativa de Armação dos Búzios nas deliberações e evolução do setor cultural municipal.	Curto prazo (0-3 anos)	Câmara Municipal	Maior articulação institucional	Relatórios de reuniões e ações realizadas
1.3.5. Criar e manter parceria com Secretaria Municipal de Educação no uso dos equipamentos disponíveis e com objetivo de mapear fazedores de cultura nos bairros e comunidades através de programas de formação.	Curto prazo (0-3 anos)	Sec. de Educação, associações de bairro	Identificação de agentes culturais locais	Relatórios de mapeamento e número de participantes
1.3.6. Criar e implementar circuitos turístico-culturais de âmbito regional, promovendo a inclusão da pessoa com deficiência vinculados à existência de patrimônio material, imaterial e natural	Médio prazo (3-7 anos)	Min. do Turismo, Sec. Do Turismo, associações locais	Ampliação do turismo cultural acessível	Estatísticas de visitantes e impacto econômico
1.3.7. Incentivar e auxiliar as entidades que desenvolvem e articulam atividades culturais em suas comunidades, possuidoras dos requisitos, de acordo com a Política Nacional Cultura Viva, a serem reconhecidas e certificadas pelo Ministério da Cultura como Pontos de Cultura, bem como apoiar os pontos de cultura já existentes no Município.	Curto prazo (0-3 anos)	Min. da Cultura, associações comunitárias	Reconhecimento oficial e fortalecimento cultural	Número de entidades certificadas
META 1.4 – FORTALECIMENTO, CRIAÇÃO, INOVAÇÃO E REVISÃO DE LEGISLAÇÕES LIGADAS AO SETOR CULTURAL				
Ações propostas	Tempo de Implementação <i>Referências</i> Curto prazo: 0 a 3 anos	Possíveis parceiros	Resultados esperados	Forma de avaliação dos resultados

	Médio prazo: 3 a 7 anos Longo prazo: 7 a 10 anos			
1.4.1. Aprovar o Projeto de Lei do Patrimônio histórico, cultural e tombamento.	Curto prazo (0-3 anos)	Câmara Municipal, OAB, Min. da Cultura	Preservação e proteção do patrimônio cultural	Publicação da lei e acompanhamento de tombamentos realizados
1.4.2. Avaliar, revisar e adequar a minuta de Lei Municipal de Incentivo à Cultura de Armação dos Búzios, visando a sua instauração no Município.	Curto prazo (0-3 anos)	Conselhos de Cultura e Patrimônio	Implementação de mecanismos para fomentar a cultura local.	Aprovação e eficácia da lei por número de projetos contemplados.
1.4.3. Regulamentar e manter o Fundo Municipal de Cultura.	Curto prazo (0-3 anos)	Min. da Cultura	Garantia de recursos estáveis para ações culturais	Volume de recursos alocados e projetos financiados
1.4.4. Criar a Lei do Sistema Municipal de Cultura de Armação dos Búzios, garantindo-se a participação da sociedade civil, através dos conselhos de políticas culturais e patrimônio histórico e cultural, em sua elaboração	Médio prazo (3-7 anos)	Conselhos de Cultura, OAB, IPHAN, INEPAC	Estruturação do Sistema Municipal de Cultura	Aprovação da lei e relatórios de funcionamento do sistema
1.4.5. Garantir o uso do espaço público para artista de rua no Município de acordo com a Lei 1267/2016, incluindo os espaços onde a lei não está sendo aplicada e fomentar a arte de rua e urbana local, permitindo o acesso para os artistas itinerantes que assim o comprovem.	Curto prazo (0-3 anos)	Câmara Municipal, associações artísticas	Câmara Municipal, associações artísticas	Número de eventos realizados e feedback dos artistas
1.4.6. Regulamentar, instituir e manter a lei da Búzios Film Commission, criando um espaço administrativo adequado, com corpo funcional técnico, visando inserir a cidade de Armação dos Búzios na rede nacional e internacional de política de atração de investimentos e estímulo do mercado local em apoio às produções Audiovisuais brasileiras, do Mercosul e internacionais.	Médio prazo (3-7 anos)	Empresas audiovisuais, Min. do Turismo e Min. da Cultura	Maior visibilidade de Búzios como destino cultural e fomento à economia local	Acompanhamento de produções realizadas no Município
META 1.5 – AMPLIAR O ORÇAMENTO DESTINADO À GESTÃO CULTURAL				
Ações propostas	Tempo de Implementação <i>Referências</i> Curto prazo: 0 a 3 anos Médio prazo: 3 a 7 anos Longo prazo: 7 a 10 anos	Possíveis parceiros	Resultados esperados	Forma de avaliação dos resultados
1.5.1. Estabelecer o percentual mínimo orçamentário de 3% (três por cento) da lei do orçamento anual (loa) destinado à Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio Histórico.	Curto prazo (0-3 anos)	Câmara Municipal	Garantia de recursos para ações culturais	Percentual alcançado na LOA e impacto nas atividades culturais
1.5.2. Destinar as taxas considerados em programas da Lei de Incentivo Municipal à Cultura, Búzios Film Commission (Cash Rebate), TPA, entre outras, para o Fundo Municipal de Cultura e as suas setoriais.	Curto prazo (0-3 anos)	Min. da Cultura, Sec. de Finanças	Maior arrecadação para o Fundo Municipal de Cultura	Relatórios financeiros do Fundo e projetos financiados
EIXO 2 – DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À CULTURA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL				
META 2.1 – CRIAÇÃO DE PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO				

Ações propostas	Tempo de Implementação <i>Referências</i> Curto prazo: 0 a 3 anos Médio prazo: 3 a 7 anos Longo prazo: 7 a 10 anos	Possíveis parceiros	Resultados esperados	Forma de avaliação dos resultados
2.1.1. Criar curso anual de capacitação de conselheiros municipais .	Curto prazo (0-3 anos)	Universidades, escolas do legislativo	Conselheiros preparados para suas funções	Participação nos cursos e avaliações dos participantes
2.1.2. Criar oficina anual de formação continuada aos gestores e servidores municipais visando a gestão participativa.	Curto prazo (0-3 anos)	Sec. de Educação, universidades	Gestão cultural mais eficiente	Frequência e desempenho dos participantes
2.1.3. Formação Técnica continuada para todos os setores culturais.	Médio prazo (3-7 anos)	Instituições técnicas e culturais	Qualificação dos agentes culturais	Certificados emitidos e feedback dos envolvidos
2.1.4 Implementar a escola de políticas culturais, com vistas a capacitação de novos produtores e agentes culturais.	Médio prazo (3-7 anos)	Mín. da Cultura, universidades	Formação contínua de produtores e agentes culturais	Relatórios de atividades e avaliação dos alunos
META 2.2 – FORTALECER INSTRUMENTOS DE PARTICIPAÇÃO PERMANENTE				
Ações propostas	Tempo de Implementação <i>Referências</i> Curto prazo: 0 a 3 anos Médio prazo: 3 a 7 anos Longo prazo: 7 a 10 anos	Possíveis parceiros	Resultados esperados	Forma de avaliação dos resultados
2.2.1. Realização de encontro anual com a participação de todos os Conselhos Municipais.	Curto prazo (0-3 anos)	Conselhos Municipais	Fortalecimento do diálogo interconselhos	Relatórios de encontros e participação
2.2.2. Criação de um calendário anual cultural, com a participação efetiva do Conselho Municipal de Política Cultural e do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico Cultural.	Curto prazo (0-3 anos)	Sec. de Cultura, conselhos municipais	Melhor organização e divulgação da cultura local	Publicação e adesão ao calendário.
2.2.3. Criação de parceria com as Associações de Bairro que tenham como objeto em seu Estatuto incentivar a cultura.	Curto prazo (0-3 anos)	Associações comunitárias	Maior engajamento cultural nos bairros	Parcerias firmadas e projetos realizados
2.2.4. Disponibilizar informações das atividades artísticas e culturais, cursos e oficinas realizados continuamente na cidade pelo poder público e iniciativa privada, para estímulo e fomento de agendas culturais.	Curto prazo (0-3 anos)	Sec. de Comunicação, ONGs culturais	Maior transparência e divulgação cultural	Estatísticas de acesso às informações
2.2.5. Incentivar e fomentar a participação das comunidades migrantes presentes na cultura buziana, como grandes vetores no entendimento sociocultural da Cidade.	Curto prazo (0-3 anos)	Associações de imigrantes, ONGs	Inclusão das comunidades no cenário cultural	Número de participantes em eventos culturais
2.2.6. Criar Calendário Cultural anual, com participação efetiva das Escolas em todos os níveis de aprendizagem, promovendo o intercâmbio entre elas.	Curto prazo (0-3 anos)	Sec. de Educação, escolas públicas e privadas	Maior integração educacional e cultural	Impacto em eventos culturais escolares
2.2.7. Garantia da participação prévia da sociedade civil/ segmento/ Conselho Municipal de Cultura, incluindo representante do conselho municipal da PCD, para discussão dos editais e chamamentos públicos antes de suas publicações.	Curto prazo (0-3 anos)	Conselhos de Cultura, associações culturais	Transparência e inclusão nos processos culturais	Relatórios/ atas de discussões e participação

META 2.3 – MELHORAR E AMPLIAR AS FERRAMENTAS DE COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA				
Ações propostas	Tempo de Implementação <i>Referências</i> Curto prazo: 0 a 3 anos Médio prazo: 3 a 7 anos Longo prazo: 7 a 10 anos	Possíveis parceiros	Resultados esperados	Forma de avaliação dos resultados
2.3.1. Manter atualizado o portal da transparência mensalmente: decretos, editais, atas.	Curto prazo (0-3 anos)	Sec. de Comunicação	Maior transparência das ações culturais	Regularidade das atualizações no portal
2.3.2. Estruturar parceria e diálogo transparente da Prefeitura, Conselho, Fórum de Cultura e sociedade civil	Curto prazo (0-3 anos)	Conselhos de Cultura e Patrimônio	Melhor articulação entre as partes	Avaliações regulares de reuniões e resultados
META 2.4 – ADEQUAR, MODERNIZAR E AMPLIAR EQUIPAMENTOS CULTURAIS PÚBLICOS				
Ações propostas	Tempo de Implementação <i>Referências</i> Curto prazo: 0 a 3 anos Médio prazo: 3 a 7 anos Longo prazo: 7 a 10 anos	Possíveis parceiros	Resultados esperados	Forma de avaliação dos resultados
2.4.1. Construção de um centro cultural, com acessibilidade, com espaço de apresentação multiuso e com equipamentos apropriados para receber: teatro, espetáculo musical teatral, música, residência de companhias artísticas, cinema, dança, circo, artes plásticas e oficinas culturais.	Longo prazo (7-10 anos)	Min. do Turismo, iniciativa privada	Espaço de referência para cultura local.	Taxa de ocupação, eventos realizados.
2.4.2. Construção de duas novas bibliotecas na área continental de Armação dos Búzios, sendo uma no bairro de José Gonçalves e outra na Rasa, criação de pontos de leitura nos bairros de Cem Braças e Baía Formosa, além da implementação de uma biblioteca itinerante para atender a diversas comunidades da região.	Médio prazo (3-7 anos)	Sec. de Educação, ONGs	Acesso à leitura e à cultura	Número de usuários e empréstimos
2.4.3. Construção de um novo Cine Teatro Municipal na área peninsular.	Longo prazo (7-10 anos)	Min. da Cultura, produtores culturais	Aumento da oferta de eventos culturais	Programação cultural e público atendido
2.4.4. Criação e manutenção de uma sala de teatro devidamente equipada que abranja o desenvolvimento de múltiplas linguagens (artes visuais, música, dança, teatro e artes integradas) em cada escola.	Médio prazo (3-7 anos)	Secretaria de Educação, Min. da Cultura, empresas do setor cultura	Promoção da cultura nas escolas e formação de jovens em artes	Número de salas implementadas e atividades realizadas
2.4.5. Criação da Escola livre de artes e culturas (Artes Cênicas, Dança, Cenografia, Moda, Design, teatro musical, artesanato, música, audiovisual, entre outras), integrando alunos da Escola pública e sociedade civil.	Médio prazo (3-7 anos)	Sec. de Educação, universidades, ONGs culturais	Formação artística ampla e inclusiva, abrangendo várias linguagens culturais	Relatórios de matrícula, frequência e impacto nas comunidades atendidas
2.4.6. Assegurar a implantação e salvaguarda da Casa do Artesão como um equipamento da Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio Histórico, garantindo sua estrutura funcional, equipe técnica e administrativa e projetos, bem	Curto prazo (0-3 anos)	Associações de artesãos, Min. da Economia Criativa, Secretaria de Estado	Espaço para valorização e comercialização de produtos artesanais locais	Acompanhamento das vendas, exposições e satisfação dos artesãos

como fortalecendo a Casa como um ambiente de comercialização.		de Turismo		
2.4.7. Assegurar a manutenção e as atividades de todos os equipamentos culturais públicos mapeados e diagnosticados e incentivar a atividade de equipamentos culturais privados mapeados e diagnosticados através de editais públicos e leis de incentivo.	Curto prazo (0-3 anos)	Proprietários de equipamentos culturais privados	Melhoria na infraestrutura e ampliação de ofertas culturais	Relatórios de manutenção e aumento de atividades culturais realizadas
META 2.5 – GARANTIA DA ACESSIBILIDADE				
Ações propostas	Tempo de Implementação <i>Referências</i> Curto prazo: 0 a 3 anos Médio prazo: 3 a 7 anos Longo prazo: 7 a 10 anos	Possíveis parceiros	Resultados esperados	Forma de avaliação dos resultados
2.5.1. Garantir a acessibilidade em todas as ações culturais que constam neste plano municipal de cultura de forma que atenda as demandas da comunidade PCD.	Curto prazo (0-3 anos)	Conselhos de PCD, Sec. de Assistência Social, ONGs de acessibilidade	Inclusão plena de pessoas com deficiência nas atividades culturais	Relatórios de acessibilidade em eventos e pesquisas de satisfação da comunidade PCD
EIXO 3 – IDENTIDADE, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA				
META 3.1. PRESERVAR, PROTEGER E DIFUNDIR O PATRIMÔNIO CULTURAL, ARQUITETÔNICO, HISTÓRICO, PAISAGÍSTICO, ARQUEOLÓGICO E GEOLÓGICO DE BÚZIOS, EXPRESSO NOS BENS MATERIAIS E IMATERIAIS CONSTITUINTES DA MEMÓRIA E DA IDENTIDADE BUZIANA, E SUA INSERÇÃO NO TERRITÓRIO				
Ações propostas	Tempo de Implementação <i>Referências</i> Curto prazo: 0 a 3 anos Médio prazo: 3 a 7 anos Longo prazo: 7 a 10 anos	Possíveis parceiros	Resultados esperados	Forma de avaliação dos resultados
3.1.1. Inventariar o patrimônio cultural e natural de Búzios, através de participação popular (conselhos municipais, consultas públicas), do protagonismo da Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio Histórico, da parceria com os órgãos estaduais e federais de Patrimônio (INEPAC e IPHAN) e com universidades.	Curto prazo (0-3 anos)	INEPAC, IPHAN, universidades	Mapeamento abrangente do patrimônio material e imaterial	Publicação do inventário e adesão da comunidade
3.1.2. Promover a proteção, a preservação e a valorização do Patrimônio material e imaterial de Búzios, através do tombamento e de outros instrumentos previstos na legislação pertinente, como a Lei de Uso e Ocupação do Solo.	Curto prazo (0-3 anos)	OAB, IPHAN	Maior proteção do patrimônio cultural e histórico	Número de bens tombados e restaurados
3.1.3. Criar Centro de Memória reunindo acervo digital e acervo físico de imagem, som e narrativas sobre Búzios, em local e programa arquitetônico com a participação de consulta pública.	Curto prazo (0-3 anos)	Min. da Cultura, IPHAN	Preservação da história local e acesso à pesquisa.	Taxa de consulta ao acervo e feedback da comunidade
3.1.4. Criação de espaços de memória territoriais.	Médio prazo (3-7 anos)	Associações comunitárias, ONGs	Resgate das identidades locais em suas regiões específicas	Relatórios de implantação e impacto local
3.1.5. Criação de um Programa de Educação Patrimonial em	Curto prazo (0-3 anos)	Sec. de Educação,	Sensibilização dos alunos para a	Número de participantes e

parceria com a Secretaria de Educação e comunidades locais.		IPHAN, escolas	importância do patrimônio	impacto nas escolas
3.1.6. Criação de um Museu das Identidades Culturais de Armação dos Búzios, com destaque às comunidades tradicionais.	Longo prazo (7-10 anos)	Min. da Cultura, ONGs de preservação, associações relacionadas às comunidades tradicionais	Resgate e valorização das tradições culturais buzianas	Número de visitantes e participação da comunidade tradicional
3.1.7. Criar um programa de valorização da história oral	Médio prazo (3-7 anos)	Universidades, associações culturais	Registro e preservação de histórias e memórias locais	Quantidade de registros coletados e divulgados
3.1.8. Criar Centro de Pesquisa Ambiental, Cultural e Patrimonial na casa da Azeda-Azedinha, em sintonia com os propósitos de criação do Parque Estadual da Costa do Sol e da Área de Proteção Ambiental municipal, onde ela se insere, criando uma cogestão entre o Município e o Estado.	Médio prazo (3-7 anos)	INEA, Sec. de Meio Ambiente	Valorização integrada da cultura e meio ambiente	Relatórios de pesquisa e projetos desenvolvidos
3.1.9. Criar um programa das expressões bioculturais, de modo que englobe a cultura alimentar das comunidades tradicionais do Município, relacionadas aos alimentos provenientes da terra e da pesca, os quais se utilize os recursos naturais renováveis e respeite o ecossistema local.	Médio prazo (3-7 anos)	Sec. de Turismo, associações locais	Promoção de práticas sustentáveis e tradicionais	Número de projetos realizados e impacto nas comunidades
3.1.10. Criar um programa de inventário participativo dos bens culturais quilombolas da Região dos Lagos, em parceria com os Municípios, Estado e União, assim como de todos os povos da cultura tradicional buziana.	Curto prazo (0-3 anos)	INEPAC, IPHAN, associações quilombolas e relacionadas a demais comunidades tradicionais	Preservação da memória cultural quilombola e de outros povos tradicionais	Número de bens inventariados
3.1.11. Obrigatoriedade de execução do hino municipal em cerimônias oficiais e eventos solenes nos espaços públicos.	Curto prazo (0-3 anos)	Sec. de Educação	Valorização da identidade local em eventos solenes	Presença do hino em cerimônias e eventos
3.1.12. Divulgar permanentemente o patrimônio cultural, arquitetônico, histórico, paisagístico, arqueológico e geológico de Búzios, com o objetivo de ampliar o leque de opções turísticas, para além do turismo de sol e praia, com roteiros turístico-culturais.	Curto prazo (0-3 anos)	Sec. de Turismo, ONGs culturais	Diversificação das atrações turísticas e valorização do patrimônio	Estatísticas de visitas e adesão a roteiros culturais
3.1.13. Incluir o patrimônio cultural, arquitetônico, histórico, paisagístico,	Curto prazo (0-3 anos)	Sec. de Educação, escolas	Formação cidadã e valorização do patrimônio	Monitoramento de atividades curriculares e

arqueológico e geológico de Búzios no currículo da rede municipal de ensino público		públicas e privadas	cultural	impacto pedagógico
3.1.14. Realizar de eventos extracurriculares que ressaltem a história das comunidades tradicionais e a integração com as comunidades de imigrantes.	Curto prazo (0-3 anos)	Associações comunitárias, escolas	Fortalecimento da identidade cultural e integração comunitária	Número de eventos realizados e público participante
3.1.15. Estabelecer parcerias com outros municípios da região, para implementar roteiros turístico-culturais, que não se restringem aos limites político-administrativos de Búzios, a exemplo do circuito Geoparque Costões e Lagunas, que abrange 16 (dezesesseis) municípios do Estado do Rio de Janeiro.	Médio prazo (3-7 anos)	Prefeituras de municípios vizinhos, Sec. de Turismo	Promoção do turismo regional com enfoque cultural	Participação em roteiros e impacto econômico
3.1.16. Preservar a ambiência dos núcleos originais de Búzios, conforme previsto no Plano Diretor municipal para a Zona de Uso Tradicional, que abrange a área do Centro Histórico de Búzios – Praia do Canto, Rua das Pedras, Praça Santos Dumont e ruas de acesso, Orla Bardot, Igreja de Sant’Anna e entorno, Praça Eugene Honnold e Praia dos Ossos.	Médio prazo (3-7 anos)	Pref. Municipal, Sec. de Urbanismo	Proteção do centro histórico e valorização da arquitetura tradicional	Relatórios de conservação e aprovação da comunidade
3.1.17. Preservar a ambiência dos espaços públicos de uso comum da população, mantendo as características peculiares de cada unidade de paisagem, como prescreve o Plano Diretor do município, evitando soluções que descaracterizem sua identidade e os vínculos das comunidades com o território.	Médio prazo (3-7 anos)	Sec. de Meio Ambiente, associações locais	Respeito à identidade paisagística e aos vínculos culturais.	Monitoramento da preservação das áreas.
3.1.18. Realizar programas culturais destinados a valorizar as raízes culturais de Búzios e sua vocação cosmopolita na produção do espaço construído.	Curto prazo (0-3 anos)	ONGs culturais, Min. da Cultura	Reconhecimento da diversidade cultural local	Número de programas realizados e impacto nas comunidades
3.1.19. Preservar os elementos arbóreos que, individualmente, ou no seu conjunto, representem referências paisagísticas, históricas e afetivas da população residente.	Médio prazo (3-7 anos)	Sec. de Meio Ambiente, INEA	Preservação ambiental e cultural	Monitoramento dos elementos arbóreos protegidos Médio prazo (3-7 anos)
3.1.20. Criar Polo de gastronomia tradicional, tematizando a cultura alimentar das comunidades originárias do município, relacionadas aos alimentos provenientes da terra e da pesca, mediante utilização dos recursos naturais renováveis em harmonia com o meio ambiente.	Médio prazo (3-7 anos)	Sec. de Turismo, associações gastronômicas	Valorização da cultura alimentar local e geração de renda.	Estatísticas de visitantes e impacto econômico.
EIXO 4 – DIVERSIDADE CULTURAL E TRANSVERSALIDADES DE GÊNERO				
META 4.1 – GARANTIR DEBATES E AÇÕES INCLUSIVAS NO MUNICÍPIO				
Ações propostas	Tempo de Implementação <i>Referências</i> Curto prazo: 0 a 3 anos Médio prazo: 3 a 7 anos	Possíveis parceiros	Resultados esperados	Forma de avaliação dos resultados

	Longo prazo: 7 a 10 anos			
4.1.1. Garantir a manutenção das Coordenadorias LGBTQIAPN+, da Juventude e da Promoção da Igualdade Racial.	Curto prazo (0-3 anos)	ONGs de direitos humanos e coletivos relacionados	Promoção de igualdade e inclusão na cultura	Relatórios de atividades realizadas e impacto social
4.1.2. Promover e salvaguardar as brincadeiras populares tradicionais infantis e seus desdobramentos até a Juventude, através de projetos para os espaços públicos e as escolas, incluindo as PCDs.	Médio prazo (3-7 anos)	Sec. de Educação, associações culturais	Resgate de práticas culturais tradicionais e inclusão infantil	Eventos realizados e adesão das comunidades escolares
4.1.3. Promover debates, rodas de conversa, visando construir pontes de diálogo para garantir a cultura da paz, preservando as culturas ancestrais, superando as diferenças religiosas.	Curto prazo (0-3 anos)	ONGs inter-religiosas, associações culturais	Promoção da convivência harmônica entre diferentes culturas	Registro de eventos e impacto qualitativo
4.1.4. Estimular a criação de festivais e feiras culturais que promovam a diversidade cultural e transversalidade de gênero, raça e acessibilidade na política cultural com acesso democrático por meio de financiamento através de editais, prêmios, convênios e incentivos fiscais.	Curto prazo (0-3 anos)	Min. da Cultura, ONGs culturais	Ampliação da inclusão e da visibilidade da diversidade cultural	Número de festivais realizados e público alcançado
4.1.5. Garantir e assegurar a permanência da casa da juventude, enquanto espaço cultural, respeitando a diversidade de gênero e raça.	Curto prazo (0-3 anos)	Associações relacionadas à juventude	Continuidade de ações culturais voltadas à juventude	Monitoramento de atividades e frequência de jovens no espaço
4.1.6. Criar a casa da diversidade para garantir espaço de acolhimento da população LGBTQIAPN+ e a preservação da cultura queer.	Médio prazo (3-7 anos)	ONGs LGBTQIAPN+, Min. de Direitos Humanos	Espaço de inclusão e fomento à cultura queer	Relatórios de uso do espaço e impacto social
4.1.7. Garantir e salvaguardar como patrimônio material e imaterial no município, a capoeira, a ciranda, samba de roda, jongo, cultura urbana, reis de bois, pesca de siri, puxada de rede e moluscos e mariscos, travessia a ilha do caboclo “lua cheia, maré torrada”.	Curto prazo (0-3 anos)	Associações culturais, Min. da Cultura	Associações culturais, Min. da Cultura	Registros de salvaguarda e número de eventos realizados.
4.1.8. Garantir a restauração do cine teatro Rasa, em parceria com a educação, oferecendo programação ampla que atenda aos anseios da população e dos segmentos culturais.	Médio prazo (3-7 anos)	Sec. de Obras, Min. da Cultura	Recuperação de equipamento cultural estratégico	Obras concluídas e taxa de ocupação do espaço
4.1.9. Incluir no calendário de eventos do município os eventos das comunidades tradicionais bem como suas práticas religiosas, gastronômicas e artísticas, em especial respeitar as datas referentes as comunidades tradicionais locais (dia do quilombola, dia da caiçara, ciranda, jongo, capoeira, dia do pescador, dia da marisqueira, lei da mulher quilombola, festa de Iemanjá).	Curto prazo (0-3 anos)	Associações comunitárias e culturais	Valorização e das visibilidade das comunidades tradicionais	Inclusão no calendário e participação popular nos eventos.
4.1.10. Preservar e estimular	Curto prazo (0-3 anos)	IPHAN,	Reconhecimento e	Número de mestres

formas de transmissão dos fazedores de culturas populares e tradicionais incluindo agricultura familiar, saberes da pesca, da marisqueria e da casa de farinha, através de mecanismo de reconhecimento formação e valorização dos mestres populares.		associação s culturais	transmissão dos saberes tradicionais	reconhecidos e apoiados
4.1.11. Garantir a parceria com a secretaria de turismo (a nível municipal e estadual) para a valorização do turismo de base comunitária nas comunidades tradicionais.	Curto prazo (0-3 anos)	Sec. de Turismo, ONGs e associações locais	Fomento ao turismo sustentável e comunitário	Estatísticas de visitantes e impacto econômico
4.1.12. Garantir através de editais, concursos e premiações que oficineiros de /comunidades tradicionais buzianas sejam remunerados nas atividades culturais, educacionais e turísticas realizadas.	Curto prazo (0-3 anos)	Sec. de Finanças, associações locais	Incentivo financeiro e continuidade das práticas culturais	Número de oficineiros contratados e impacto nos projetos
META 4.2 – GARANTIR A PRESENÇA DE AÇÕES CULTURAIS EM TODO TERRITÓRIO DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS				
Ações propostas	Tempo de Implementação <i>Referências</i> Curto prazo: 0 a 3 anos Médio prazo: 3 a 7 anos Longo prazo: 7 a 10 anos	Possíveis parceiros	Resultados esperados	Forma de avaliação dos resultados
4.2.1. Promover eventos/intervenções itinerantes pelos bairros, praças, largos, coretos de modo que atenda todas as faixas etárias e PCDs	Curto prazo (0-3 anos)	Associações culturais	Descentralização das ações culturais e inclusão social	Número de eventos realizados e público atendido
4.2.2. Criar concurso de novos talentos das artes dos diferentes segmentos de cultura de Búzios.	Curto prazo (0-3 anos)	Escolas, associações culturais	Estímulo à produção artística e descoberta de novos talentos	Quantidade de participantes e impacto nos segmentos culturais
4.2.3. Promover e incentivar a arte urbana e de interesse da juventude (Batalhas de Rima, cursos técnicos de DJ'S, produção musical, arte digital, técnicas de grafites, danças urbanas e afins) de modo transdisciplinar, com ênfase na cultura Hip-hop, curso de libras e audiovisual.	Médio prazo (3-7 anos)	ONGs juvenis, escolas técnicas	Engajamento da juventude em práticas artísticas urbanas	Número de eventos e participantes nas formações
4.2.4. Formar parceria cultural com a secretaria de Educação, visando incluir na grade de ensino a identidade cultural buziana.	Curto prazo (0-3 anos)	Sec. de Educação, escolas públicas e privadas	Formação de cidadãos conscientes da cultura local	Avaliação das práticas pedagógicas e impacto educacional
4.2.5. Tornar acessível a participação de artistas locais simplificando os editais e capacitando os fazedores de cultura ao ingresso em editais.	Curto prazo (0-3 anos)	Associações culturais	Maior adesão de artistas locais em projetos culturais	Quantidade de artistas contemplados e resultados dos projetos
4.2.6. Fortalecer, garantir e facilitar a inclusão de artistas e fazedores de cultura locais para a contratação em eventos municipais com cachês tabelados por categoria.	Curto prazo (0-3 anos)	Sec. de Finanças	Valorização e profissionalização dos artistas locais.	Contratos firmados e impacto econômico na comunidade artística
4.2.7. Incentivar e promover a continuidade de projetos com mais de dez anos comprovados de atuação na cidade e	Médio prazo (3-7 anos)	ONGs e associações culturais	Fomento a iniciativas culturais consolidadas	Relatórios de projetos apoiados e impacto na comunidade

relevância social através de editais, fomento e parcerias.				
EIXO 5 – ECONOMIA CRIATIVA, TRABALHO, RENDA E SUSTENTABILIDADE				
META 5.1 – CRIAÇÃO DE PROGRAMAS DE FOMENTO À ARTE E CULTURA EM ARMAÇÃO DOS BÚZIOS				
Ações propostas	Tempo de Implementação <i>Referências</i> Curto prazo: 0 a 3 anos Médio prazo: 3 a 7 anos Longo prazo: 7 a 10 anos	Possíveis parceiros	Resultados esperados	Forma de avaliação dos resultados
5.1.1. Criar polo ou núcleo de suporte aos agentes culturais com ênfase na elaboração e organização de projetos e inscrição em editais.	Curto prazo (0-3 anos)	Universidades, ONGs culturais	Facilitação do acesso a editais e maior capacitação dos agentes culturais	Número de projetos submetidos e aprovados
5.1.2. Estabelecer periodicidade de Editais em atendimento a todos os segmentos artísticos culturais inseridos no Conselho Municipal de Políticas Culturais, como nos demais segmentos.	Curto prazo (0-3 anos)	Sec. de Finanças, Min. da Cultura	Regularidade no apoio financeiro a projetos culturais	Quantidade de editais lançados e segmentos contemplados
5.1.3. Destinar subsídios para projetos locais com um programa de chamamentos públicos regulares anuais (mínimo 3) relacionados à economia solidária.	Médio prazo (3-7 anos)	Associações culturais	Fortalecimento da economia cultural local	Número de projetos apoiados e impacto econômico gerado
5.1.4. Estimular a participação e a colaboração da pessoa física buziana no financiamento das ações públicas de cultura através da criação de lei de fomento.	Médio prazo (3-7 anos)	Câmara Municipal, OAB	Maior engajamento da comunidade no financiamento de ações culturais	Aprovação e impacto da lei em ações culturais
5.1.5. Criar o mecanismo de incentivo fiscal municipal para que atenda de forma equilibrada as regiões do município de Armação dos Búzios em sua diversidade cultural	Médio prazo (3-7 anos)	Sec. de Finanças, ONGs locais	Atração de investimentos privados em projetos culturais	Quantidade de projetos incentivados via benefício fiscal
5.1.6. Instituir programas para atender necessidades técnicas e administrativas de empreendedores culturais locais, ajudando-os a se inserir no mercado cultural, com investimento em capacitação nas novas tecnologias e no mercado da cultura digital.	Médio prazo (3-7 anos)	Universidades, startups culturais	Inserção dos empreendedores no mercado digital	Número de participantes e impacto nos negócios culturais
5.1.7. Estimular a comercialização de produtos e serviços ofertados pelo setor da economia criativa no município, com investimento em assessoria de imprensa para fazedores de Cultura, divulgação audiovisual e valorização e expansão dos canais de venda.	Médio prazo (3-7 anos)	Sec. de Comunicação, ONGs culturais	Ampliação da visibilidade e mercado para produtos criativos locais	Relatórios de vendas e alcance de campanhas publicitárias
META 5.2 – FORTALECER O TURISMO CULTURAL NO MUNICÍPIO				
Ações propostas	Tempo de Implementação <i>Referências</i> Curto prazo: 0 a 3 anos Médio prazo: 3 a 7 anos Longo prazo: 7 a 10 anos	Possíveis parceiros	Resultados esperados	Forma de avaliação dos resultados
5.2.1. Criar um programa de fomento ao turismo cultural.	Curto prazo (0-3 anos)	Sec. de Turismo, associações comunitárias	Ampliação do turismo cultural em Búzios	Estatísticas de visitantes e impacto econômico

		as		
5.2.2. Criar um roteiro institucional dos Manguezais, Restinga e Costão Rochoso do município, considerando as suas relações históricas, sempre em diálogo com as comunidades tradicionais.	Médio prazo (3-7 anos)	Sec. de Meio Ambiente, associações locais	Inclusão de roteiros sustentáveis e históricos no turismo cultural	Adesão ao roteiro e retorno econômico
5.2.3. Parceria com a Secretaria de Turismo para priorizar o fomento ao turismo cultural local de base comunitária e ecológico em parceria com as associações que representam os povos tradicionais.	Curto prazo (0-3 anos)	ONGs ambientais, associações tradicionais	Valorização do turismo sustentável e comunitário	Relatórios de impacto em comunidades e meio ambiente
5.2.4. Fortalecer e fomentar a cultura oceânica junto à sociedade civil, as escolas públicas e demais instituições de ensino.	Médio prazo (3-7 anos)	Universidades, Sec. de Educação	Sensibilização ambiental e cultural relacionada ao oceano	Projetos educacionais implementados e eventos realizados
5.2.5. Incentivar e fomentar projetos de hortas comunitárias agroflorestais, estabelecendo a harmonia entre a sociedade, natureza e cultura alimentar com respeito à ancestralidade.	Médio prazo (3-7 anos)	Sec. de Meio Ambiente, associações comunitárias	Promoção da sustentabilidade e segurança alimentar	Número de hortas implementadas e comunidades atendidas

META 5.3 – APOIAR O ESTABELECIMENTO DE CADEIAS PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS NO MUNICÍPIO

Ações propostas	Tempo de Implementação <i>Referências</i> Curto prazo: 0 a 3 anos Médio prazo: 3 a 7 anos Longo prazo: 7 a 10 anos	Possíveis parceiros	Resultados esperados	Forma de avaliação dos resultados
5.3.1. Inserir as economias criativa e solidária na estratégia de desenvolvimento econômico e social do município, tendo como parâmetros o empreendedorismo, o cooperativismo, a geração de emprego e renda.	Médio prazo (3-7 anos)	Sec. de Desenvolvimento Econômico, associações culturais	Geração de emprego e renda para agentes culturais	Indicadores de geração de emprego e crescimento econômico no setor cultural
5.3.2. Oferecer capacitação para consolidação e fortalecimento de cooperativas e associações, além de apoio técnico, jurídico e outros necessários, em parceria com a secretaria de desenvolvimento social.	Médio prazo (3-7 anos)	Sec. de Desenvolvimento Social, SEBRAE	Fortalecimento do associativismo cultural	Número de cooperativas capacitadas e impacto na produção cultural
5.3.3. Criar um protocolo de Sustentabilidade (ecológico e inclusivo) para eventos culturais realizados no município considerando a necessidade de apresentação de plano de resíduos sólidos, plano com percentual de artistas e fornecedores locais a ser definido.	Curto prazo (0-3 anos)	Sec. de Meio Ambiente, ONGs ambientais	Redução do impacto ambiental dos eventos culturais	Auditoria ambiental e cumprimento do protocolo
5.3.4. Criação de uma comissão multidisciplinar da Secretaria de Cultura e Patrimônio Histórico, Secretaria de Turismo, Secretaria de Meio Ambiente, secretaria da mulher e secretária de educação.	Curto prazo (0-3 anos)	Sec. de Turismo, Sec. de Meio Ambiente	Planejamento integrado das políticas públicas culturais	Relatórios de reuniões e impacto das decisões integradas
5.3.5. Incentivar ações voltadas a inspirar modos de vida mais sustentáveis/ ecológicos, abrangendo todos os segmentos	Médio prazo (3-7 anos)	ONGs ambientais, instituições culturais	Promoção de práticas sustentáveis e criativas	Número de oficinas realizadas e produtos criados

culturais, incluindo oficinas e exposições de arte, design e moda, com materiais naturais e não convencionais.				
5.3.6. Realizar chamamentos públicos para ocupação contínua de praças e parques para comercialização de produtos artesanais e da economia solidária.	Curto prazo (0-3 anos)	Associações relacionadas à economia solidária	Incentivo à comercialização de produtos artesanais.	Incentivo à comercialização de produtos artesanais.
5.3.7. Criar um sucatório em cada escola para armazenamento de itens descartados devidamente limpos e secos para uso e reciclagem em aulas de artes.	Médio prazo (3-7 anos)	Sec. de Educação, ONGs ambientais	Sensibilização ambiental e prática artística sustentável	Número de sucatórios implementados e atividades realizadas
5.3.8. Criação de um galpão cultural, com perfil sustentável para a produção cultural.	Médio prazo (3-7 anos)	Sec. de Obras, Sec. de Meio Ambiente	Espaço dedicado à produção cultural sustentável	Taxa de ocupação e impacto na produção cultural
EIXO 6 – DIREITO ÀS ARTES E LINGUAGENS DIGITAIS				
META 6.1 – FOMENTAR A INTERCULTURALIDADE E O INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS ENTRE DIFERENTES SEGMENTOS CULTURAIS E SUAS EXPRESSÕES				
Ações propostas	Tempo de Implementação <i>Referências</i> Curto prazo: 0 a 3 anos Médio prazo: 3 a 7 anos Longo prazo: 7 a 10 anos	Possíveis parceiros	Resultados esperados	Forma de avaliação dos resultados
6.1.1. Assegurar plenamente o funcionamento da Escola de Artes e Ofícios Zanine e da Escola de Música Villa Lobos, núcleo Tom Jobim, garantindo a manutenção da finalidade para a qual foram criadas, criando núcleos em outros bairros.	Curto prazo (0-3 anos)	Mín. da Cultura, ONGs culturais	Ampliação do acesso à formação artística nos bairros	Número de núcleos criados e alunos atendidos
6.1.2. Incentivar a participação de pais e responsáveis de PCDs em oficinas criativas.	Curto prazo (0-3 anos)	ONGs de acessibilidade, Sec. de Assistência Social	Inclusão e engajamento familiar em atividades artísticas	Participação dos responsáveis em oficinas e feedback qualitativo
META 6.2 – FOMENTAR PROGRAMAS SETORIAIS DE ARTES NO TERRITÓRIO DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS				
Ações propostas	Tempo de Implementação <i>Referências</i> Curto prazo: 0 a 3 anos Médio prazo: 3 a 7 anos Longo prazo: 7 a 10 anos	Possíveis parceiros	Resultados esperados	Forma de avaliação dos resultados
6.2.1. Criação, manutenção, difusão e incentivo de programas de valorização para todos os segmentos culturais atuantes no município de Armação dos Búzios.	Curto prazo (0-3 anos)	Conselho de cultura, associações artísticas, sindicatos de classe, Fórum Permanente de Cultura, IAB Búzios	Fortalecimento das diversas expressões culturais	Número de programas implementados e segmentos atendidos
6.2.2. Criação do Acervo Digital Municipal de Cultura e Patrimônio Histórico.	Curto prazo (0-3 anos)	Universidades, startups	Preservação e acessibilidade aos bens culturais	Estatísticas de acesso e consulta ao acervo digital
META 6.3 – FOMENTAR REDES DIGITAIS DE PRODUÇÃO DA CULTURA				
Ações propostas	Tempo de Implementação <i>Referências</i> Curto prazo: 0 a 3 anos Médio prazo: 3 a 7 anos Longo prazo: 7 a 10 anos	Possíveis parceiros	Resultados esperados	Forma de avaliação dos resultados

6.3.1. Criação da Escola de Audiovisual, oferecendo formação técnica e oficinas de cinema e arte audiovisual.	Médio prazo (3-7 anos)	Sec. de Educação, Min. da Cultura, produtores audiovisuais	Formação de novos profissionais no setor audiovisual	Número de alunos formados e projetos realizados
6.3.2. Criação de uma “Wikipedia Municipal Buziana”.	Curto prazo (0-3 anos)	Universidades, ONGs locais	Divulgação e preservação do patrimônio histórico e cultural local	Quantidade de artigos publicados e acessos à plataforma
6.3.3. Disponibilizar totens de informação cultural por todo o município oferecendo acesso gratuito à internet.	Médio prazo (3-7 anos)	Sec. de Tecnologia, empresas de telecomunicações	Ampliação do acesso à informação cultural e digitalização de serviços	Número de totens instalados e feedback dos usuários
6.3.4. Desenvolver ações para produção de conteúdos digitais, ampliando a produção audiovisual como linguagem cultural de Armação dos Búzios.	Curto prazo (0-3 anos)	Produtores culturais, ONGs	Estímulo à produção de conteúdos digitais e fortalecimento da economia criativa	Quantidade de conteúdos produzidos e impacto no mercado local
6.3.5. Implementar novas tecnologias, incluindo aquelas relacionadas à sustentabilidade, nos equipamentos municipais de cultura.	Médio prazo (3-7 anos)	Sec. de Meio Ambiente, empresas de tecnologia	Modernização e eficiência energética dos equipamentos culturais	Relatórios técnicos e avaliação do impacto ambiental
6.3.6. Oferecimento de internet gratuita pela Secretaria de Cultura e Patrimônio Histórico e Patrimônio Histórico em todos os eventos culturais.	Curto prazo (0-3 anos)	Empresas de telecomunicações, Sec. de Tecnologia	Acessibilidade digital durante eventos culturais	Estatísticas de acesso e feedback dos participantes